

**PROGRAMA ELEITORAL da CDU para o
CONCELHO DA HORTA**

Respeitar e desenvolver o Faial!



Índice:

Introdução	3
1. Emprego e Modernização	6
2. Ambiente Urbano	8
3. Arte e Cultura	10
4. Mobilidade	12
5. Gestão de resíduos e limpeza urbana	13
6. Água	14
7. Educação e Promoção de Valores Ambientais	15
8. Integração e Valorização social	16
9. Desporto, Juventude e ocupação dos Tempos Livres	18
10. Gestão dos meios públicos e dinâmica do Município	19



Programa Eleitoral da CDU

Eleições para os órgãos das autárquicas locais – 01 de outubro de 2017

Introdução:

O Programa que a Coligação Democrática Unitária propõe à avaliação e votação dos faialenses, no âmbito das Eleições Autárquicas de 1 de outubro de 2017, assenta numa visão integrada de valorização das pessoas e das comunidades.

O projeto de desenvolvimento defendido pela CDU assume uma perspetiva modernizadora, sustentada nos valores e potencialidades específicos da ilha do Faial. A Cultura, o Ambiente e o Conhecimento são, neste âmbito, as grandes potencialidades que devem ser assumidas como vetores estratégicos para a captação e fixação de pessoas e meios e que, como tal, têm de ser abordadas de forma transversal, em todas as áreas de atuação camarária.

A Comunidade é o centro e o objeto deste processo de desenvolvimento, pelo que as políticas propostas pela CDU só encontram sustentação e substância na participação e envolvimento dos cidadãos. É, assim, necessário, em primeiro lugar, fomentar a consciencialização do papel do cidadão - um papel que lhe confere direitos e deveres, mas também um poder real sobre a condução dos assuntos do concelho. É urgente criar também os mecanismos e o estímulo para o exercício desse poder.

Pretende-se dar poder aos cidadãos individualmente considerados, mas também à sua dimensão coletiva, estimulando as comunidades para se assumirem como atores do processo de desenvolvimento e interlocutores incontornáveis dos poderes públicos.

O fortalecimento da nossa Comunidade, dos seus laços e práticas comunitárias, da sua identidade e visão de um mundo abrangente é, pois, também, um dos objetivos centrais do Programa da CDU.

Creemos que só assim seremos capazes de dar corpo à ideia de respeito e defesa do Faial que adotámos como lema desta campanha da CDU.



Uma Câmara para todos e com todos

O espaço autárquico é o lugar privilegiado para o exercício da democracia e da cidadania; espaço de construção da vivência democrática e da participação de todos os cidadãos na gestão dos assuntos públicos e no fortalecimento das identidades coletivas. Para fomentar este envolvimento dos cidadãos, a CDU propõe-se criar Conselhos de Desenvolvimento Participativo em todas as freguesias, envolvendo pessoas e instituições em torno de objetivos comuns.

No plano da gestão autárquica, a CDU defende a descentralização e a co-gestão comunitária de bens e serviços, mobilizando as forças da sociedade, as suas capacidades e potencialidades específicas para criar bases de desenvolvimento social e económico local. A CDU propõe-se criar com os parceiros, no plano económico e sociocultural, introduzindo novas modalidades de gestão pública e de participação comunitária, nomeadamente a co-gestão de infraestruturas.

A CDU propõe a valorização das identidades locais e o reconhecimento de problemas específicos, assim como a otimização da qualidade de respostas mais adequadas à dinamização económica e social e à melhoria da qualidade de vida da população, tendo por base os valores éticos de amizade pelas pessoas, animais e ecossistemas. A ação política deve estruturar-se num respeito profundo pela ecologia social e ambiental do município.

Uma autarquia gerida pela CDU será, assim, um centro de decisão política onde todos serão chamados a refletir, a propor, a criar e a fazer parte da deliberação; onde todos seremos co-responsáveis pelo nosso futuro comum, fazendo-nos respeitar enquanto movimento coletivo que defende o direito à sua identidade no conjunto das ilhas do Arquipélago dos Açores.



ÁREAS DE INTERVENÇÃO E PROPOSTAS

1. Emprego e Modernização

Os problemas do emprego e desenvolvimento económico da ilha do Faial são a primeira preocupação dos cidadãos porque é desta questão que resultam todas as restantes dinâmicas sociais e culturais da ilha.

Embora a maior parte destes problemas resulte de políticas e contextos nacionais e internacionais, o Município tem um importantíssimo papel a desempenhar na planificação do desenvolvimento, na criação de condições para a geração de emprego, na fixação da população e na atração de investimento. Adicionalmente, é também necessário criar condições para fixar jovens na ilha, através de um estudo de potencialidades de desenvolvimento humano e económico, realizado em parceria com instituições científicas, culturais e económicas.

Neste âmbito, a CDU define os seguintes objetivos:

- ❖ Assumir a **inovação científica e tecnológica** como uma resposta contemporânea ao desafio do conhecimento e da inovação, no domínio da agricultura, do ambiente e das pescas, através de parcerias com a Universidade dos Açores – Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) e Departamento de Ciências Agrárias, bem como a valorização específica de domínios de forte valor acrescentado para o tecido empresarial na área da agricultura biológica, hortifruticultura, floricultura e pescas;
- ❖ Realizar **protocolos de cooperação com as escolas e a Universidade**, no esforço da promoção do capital humano e do empreendedorismo local;
- ❖ Criar **condições para os jovens empreendedores se fixarem na ilha** e, simultaneamente, garantir a produção e a preservação dos bens naturais e o desenvolvimento concelhio, de uma forma integrada, através da criação de estímulos à agricultura, pescas e atividades turísticas e culturais;



- ❖ Apoiar os esforços de **modernização e diversificação da agricultura**, reduzindo o custo da água aos agricultores e produtores locais e criando uma bolsa de terrenos disponíveis para cultivo, através da criação de uma base de dados;
- ❖ Garantir a **manutenção dos caminhos de apoio à agricultura**, em todas as freguesias e alargar o abastecimento de água à lavoura; articular com as restantes entidades responsáveis a qualidade dos caminhos agrícolas;
- ❖ Fortalecer a cooperação e os investimentos comuns com os restantes municípios do Triângulo;
- ❖ Estudar a criação de **benefícios para as empresas promotoras** da criação de emprego;
- ❖ Criar um portal de oferta e procura de emprego para os jovens.
- ❖ Incentivar a **dinamização das zonas de comércio tradicional** com atividades culturais e artísticas;
- ❖ Estabelecer uma rede de protocolos para a criação de **benefícios aos consumidores de produtos locais**, que se reflita num desconto no produto final (cartão de descontos);
- ❖ Procurar soluções para desbloquear a construção da **central de armazenamento e frio**, da Associação de Agricultores da Ilha do Faial;



2. Ambiente Urbano

A revitalização dos centros urbanos exige uma planificação territorial estratégica local e a valorização da identidade dos lugares. Esta revitalização promove-se através da recuperação dos espaços, mas também através da educação, das artes e da vivência física e emocional, criando uma ligação afetiva ao ambiente e promovendo, ao mesmo tempo, o conhecimento, a cultura e a criatividade.

Consideramos primordial a revisão do Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável da Cidade da Horta (PIRUS), nos seus projetos e intervenções, ajustando prioridades de intervenção e investimento, no sentido de fazer um melhor aproveitamento dos recursos mobilizados ou instalados.

Neste capítulo, são propostas da CDU:

- ❖ Valorizar o **espaço urbano central da cidade**, dotando-o de melhores condições de estar e lazer, alargando os passeios, os jardins e criando dinâmicas de valorização cultural e identitária dos lugares;
- ❖ Reforçar a necessidade de concretização do projeto de **requalificação da frente-mar**, o qual integra a valorização de um eixo estruturante, desde o Parque Vitorino Nemésio até ao Cruzamento das Angústias, que é indissociável da concretização da 2ª fase da Variante à cidade;
- ❖ Reforçar os apoios à **recuperação do Centro Histórico da cidade da Horta**, nomeadamente ao nível do cuidado formal da intervenção e acomodação funcional do mesmo às necessidades habitacionais.
- ❖ Promover a **valorização cultural da totalidade da paisagem com maior importância patrimonial e turística da cidade**, nomeadamente o espaço envolvente de Porto Pim, criando zonas pedonais – e dando, assim, cumprimento ao projeto vencedor do Orçamento Participativo, no respeito pela vontade popular e pelo próprio conceito de Orçamento Participativo;
- ❖ Promover a **valorização do espaço público dedicado ao peão**, melhorando os passeios e disciplinando o trânsito e o estacionamento automóvel, no sentido de garantir uma maior mobilidade pedonal;



- ❖ Implementar uma **cultura de auscultação dos cidadãos** para a construção de projetos de valorização e qualificação do espaço público do concelho;
- ❖ Promover **uma discussão pública** sobre todos os elementos físicos de valor patrimonial e interesse municipal, no sentido da procura de soluções para a gestão e preservação do património e na corresponsabilização dos cidadãos na sua preservação;
- ❖ Promover a **arborização** dos espaços urbanos, como praças e passeios, colocando bancos de jardim, propiciando o sombreamento, o enriquecimento e a alternância da paisagem urbana;
- ❖ Criar um programa que promova a **habitação jovem**, sobretudo no centro histórico da cidade, através de apoios à reabilitação de espaços e ao arrendamento;
- ❖ Reabilitar **o jardim Eduardo Bulcão**, fazendo a sua ligação com o Banco de Artistas como polo de ação cultural;
- ❖ Requalificar o **largo em frente à Igreja do Carmo**, dotando-o de um mobiliário urbano e iluminação adequados, que proporcione uma melhor vivência do espaço;
- ❖ Dinamizar e embelezar toda a **zona envolvente à Baía de Porto Pim** com mais espaços comunitários e sinalética adequada para a tornar mais apelativa a quem nos visita e ser um dos pontos de referência da cidade da Horta;
- ❖ Rever a **rede de Miradouros à volta da ilha**, estabelecendo parcerias com a Juntas de Freguesia, quer em termos de reabilitação de espaços quer em termos de criação de novos locais de implementação;
- ❖ Rever a utilização do **Centro Associativo Manuel de Arriaga**, dotando-o de mais condições para as associações que aí se encontram e criando condições para outras se instalarem; dinamizar o espaço exterior;
- ❖ Rever a colocação da toponímia da Cidade, melhorando a exibição das placas com os nomes das ruas, praças e outros espaços.



Arte e cultura

Garantir o direito à cultura é uma obrigação do Estado e dos poderes públicos. Este imperativo, consagrado na Constituição da República Portuguesa, é o reconhecimento do valor intrínseco da cultura e da sua importância para o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades.

A cultura é um dos principais pilares das comunidades e talvez aquele que melhor consegue ligá-las na consciência coletiva da sua identidade, preservando os valores da ética, da paz e da coesão social. A cultura foi, ao longo da História, e é, no complexo tempo histórico em que vivemos, um bastião da liberdade, da resistência e da esperança, tão necessárias à transformação.

Os agentes culturais – sem os quais a cultura não teria sobrevivido inteiramente, tal como a conhecemos hoje – são, além de cultores da tradição e das tradições, a vanguarda da evolução das sociedades, questionando e reinventando o velho e impulsionando o novo; questionando o fácil e o óbvio, propondo sempre novos desafios.

O Faial assistiu, nas últimas décadas, a um crescimento do movimento associativo cultural, ao qual correspondeu também um aumento do número e da qualidade de equipamentos vocacionados para as atividades culturais; desde a reabertura do Teatro Faialense, na primeira metade da década passada, até, mais recentemente, à transformação das antigas instalações do Banco de Portugal num espaço que deve ambicionar-se aberto a uma nova dinâmica cultural, oposta a qualquer conceito somítico - mais consentâneo com a sua anterior função.

Esta tendência deve, impreterivelmente, ser acompanhada por uma visão política municipal potenciadora dos recursos existentes, no plano das infraestruturas e, principalmente, no plano do capital humano, contrária a qualquer conceção autocrática dos bens culturais e assente numa estratégia de responsabilidade partilhada entre a governação autárquica e os agentes culturais locais, numa perspetiva solidária e avançada da cultura. É, por isso, da maior importância



recrutar os agentes culturais e o movimento associativo cultural do Faial para o processo de desenvolvimento de uma estratégia cultural municipal verdadeiramente inclusiva.

Os agentes culturais e o movimento associativo cultural do Faial já demonstraram a sua capacidade de realização e a sua vontade de fazerem mais e melhor; a sua capacidade e a sua vontade de participarem no desenvolvimento das políticas culturais do Concelho da Horta, como parceiros ativos e efetivos da governação autárquica. O Faial e as suas comunidades ficarão tanto mais ricos quanto maior for a intervenção na definição das políticas do município daqueles que aqui se empenham e dedicam à criação cultural.

Tendo por base este princípio de coresponsabilidade e meritocracia, e valorizando o papel que a Câmara Municipal da Horta, nomeadamente através da empresa municipal UrbHorta, deve ter na gestão e na dinamização dos espaços culturais do concelho, a CDU define os seguintes objetivos para a concretização de uma política cultural para o Faial:

- ❖ Remodelar a **gestão do Teatro Faialense**, contratando um Diretor Artístico responsável pela programação deste centro cultural do Faial por excelência, transformando-o num espaço moderno, aberto ao futuro e ao movimento associativo cultural local;
- ❖ Remodelar a **gestão do Banco de Artistas**, abrindo-o a uma administração autónoma, sob proposta do movimento associativo cultural, potenciando a co-gestão desta infraestrutura e atribuindo às associações e empresas culturais locais a capacidade e a responsabilidade de serem agentes promotores do dinamismo cultural do concelho. Neste âmbito, propõe-se a criação de uma **Escola de Artes no Banco de Artistas (iniciativa já apresentada no Orçamento Participativo)**;
- ❖ Fomentar e apoiar a criação de Residência Artísticas, aproveitando o património municipal e promovendo o uso das infraestruturas já instaladas, elevando todo o espaço público - desde as ruas, as praças e os jardins ao Teatro Faialense - a elemento cultural relevante na vida comunitária;



- ❖ Integrar a Horta na **Rede de Cidades Criativas** - nacional e europeia;
- ❖ Criar uma **Biblioteca Itinerante**, em parceria com a Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça;
- ❖ Valorizar as **Sociedades Filarmónicas**, os **Grupos Folclóricos** e os **Impérios do Espírito Santo** como elementos fundamentais da vida cultural do município e como fatores de inclusão social e desenvolvimento da comunidade. Propõe-se, neste âmbito, a promoção de intercâmbios de formação que estimulem a troca e a evolução do conhecimento nas diversas áreas;
- ❖ Considerando a importância social das festividades concelhias, nomeadamente a **Semana do Mar** e as festas do **São João da Caldeira**, bem como a necessidade de promover a sua qualidade e modernização, a CDU propõe a abertura de um espaço público de reflexão e discussão sobre o modelo futuro de organização das festas, considerando a possibilidade de atribuir a organização destes eventos a comissões autónomas;
- ❖ Promover o contacto das comunidades com a **Música Erudita**, estimulando a realização de concertos em jardins públicos e locais de paisagem natural com especial relevância;
- ❖ Instituir o **Conselho Consultivo de Cultura**, órgão consultivo do Executivo Camarário, que deverá contribuir, em estreita parceria com este, para a definição e execução das políticas municipais de cultura do concelho, no âmbito da programação, da gestão de equipamentos e da prestação de serviços.



3. Mobilidade:

Os problemas relacionados com a mobilidade, no centro da cidade, mas também de a para toda a ilha, são bem evidentes no Faial. Uma política de mobilidade moderna é determinante para o bem-estar e a qualidade ambiental de uma comunidade. Nesse sentido, a CDU entende que a Câmara tem o dever de implementar uma política de mobilidade inclusiva, que promova **a articulação do transporte ligeiro particular com o transporte público** - valorizando este último e criando alternativas de estacionamento para o primeiro em zonas periféricas da cidade - a requalificação das áreas de circulação pedonal e o uso da bicicleta.

São as seguintes as medidas concretas que a CDU se propõe implementar neste capítulo:

- ❖ Reforço das **carreiras de Minibus** e ampliação da oferta dos **transportes públicos para as Freguesias**;
- ❖ Reforço da política de implementação de **parques de estacionamento dissuasores**, em articulação com o transporte público, para reduzir o volume de tráfego no centro da cidade;
- ❖ Promover um **espaço público inclusivo**, reforçando a acessibilidade universal, nos espaços públicos, em edifícios e em equipamentos coletivos.



4. Gestão de resíduos e limpeza urbana

A CDU pretende contribuir para recuperar os níveis de qualidade ambiental que a Horta atingiu em anos passados em termos de recolha, reciclagem e tratamento de resíduos.

Mas pretende-se também ir mais longe, aprofundando o nosso carácter de Cidade Sustentável e amiga do ambiente, utilizando para isso ideias inovadoras e um sério investimento na consciencialização e envolvimento dos cidadãos neste objetivo.

Neste domínio, a CDU propõe-se:

- ❖ Reforçar as políticas municipais de forma a tornar a Horta um **Concelho livre de sacos de plástico**, em articulação com comerciantes e empresas;
- ❖ **Reforçar e reorganizar a recolha de lixo;**
- ❖ **Ampliar o número de contentores e ecopontos** em todas as freguesias, transformando esta em **unidades subterrâneas** sempre que possível;
- ❖ Reforçar as **campanhas de sensibilização** para as empresas, os profissionais de várias áreas e os cidadãos para o aumento da quantidade de resíduos reciclados, bem como para o cumprimento da legislação e dos regulamentos municipais;
- ❖ Reforçar as condições de segurança e higiene do **aterro sanitário**, implementando uma vedação adequada, a cobertura dos resíduos com inertes e o controlo das escorrências para a orla marítima;
- ❖ **Modernizar** os equipamentos afetos à recolha de resíduos e reativar a maquinaria de limpeza de contentores e melhorar as condições laborais e de proteção dos trabalhadores municipais desta área;
- ❖ Melhorar o trabalho desenvolvido no **Centro de Resíduos**, promovendo formação adequada aos funcionários municipais e diversificando o mais possível a capacidade do município na diferenciação dos resíduos urbanos;



- ❖ Melhorar a **limpeza dos espaços públicos**, alargando a frequência da varredura mecânica de estradas, passeios, praças e outras áreas;
- ❖ Desenvolver uma efetiva política de **Educação Ambiental**, promovendo um trabalho sistemático nas escolas de forma a promover o desenvolvimento da consciência individual e coletiva e potenciar mudanças de comportamentos nas questões relacionadas com os resíduos, na relação com o ambiente natural ou urbano, os problemas ambientais, gestão da água e a conservação de recursos naturais;
- ❖ Cumprir e fazer cumprir a política municipal de **eliminação do uso de herbicidas**; promovendo a formação de funcionários municipais;
- ❖ Levar a cabo efetivas **campanhas de esterilização** de animais domésticos, realizando simultaneamente ações educativas junto das escolas e em articulação com as Juntas de Freguesia, Afama e veterinários locais;
- ❖ Encontrar soluções, em conjunto com outras entidades, para um eficaz controlo de pragas.

Para além destas propostas e objetivos operacionais, a CDU entende que é indispensável refletir, com profundidade, mas também com urgência, sobre as consequências do facto de, a partir de 2010, a CMH e o Governo Regional terem montado na ilha do Faial uma estrutura de equipamentos e uma filosofia para tratamento e encaminhamento de resíduos, que é, a médio e longo prazo, incomportável. De facto a localização do Centro de Tratamento de Resíduos a 24 Km do porto da Horta e longe da área da Ilha onde se produz mais resíduos, associada à necessidade de exportar via marítima os resíduos separados para reciclagem e associada ainda à precipitada e não preparada decisão de exportar para a Terceira os resíduos indiferenciados, transformou toda esta atividade num enorme corrupio de viaturas com resíduos e de trelas com contentores, com custos incomportáveis em combustíveis, viaturas e rede viária, acrescendo o facto dos resíduos indiferenciados estarem, neste momento, a ter um tratamento completamente improvisado. Este enorme erro político conjunto da CMH do mandato de 2009-2013 e da Secretaria Regional do Ambiente, tem que ser avaliado e corrigido, devendo os estudos a fazer sobre esta matéria ter o seu início logo no começo do próximo mandato.



5. Água

A CDU propõe a realização de um diagnóstico ambiental detalhado para uma melhor compreensão dos problemas existentes e preparação de um calendário de intervenções pontuais e urgentes, sem perder de vista a necessidade de implementação de um sistema de saneamento básico, no quadro do Programa Operacional Açores 2020.

Propomos, ainda, as seguintes medidas concretas:

- ❖ Garantir que, no âmbito dos projetos de intervenção previstos para os próximos anos se realizam as obras necessárias à **instalação do sistema de saneamento básico**, evitando a necessidade de uma nova intervenção a médio prazo e terminando com um atraso de décadas;
- ❖ Procurar soluções para a melhoria das **condições de acesso** à água por parte dos agricultores, sobretudo na zona norte da ilha.



6. Educação e Promoção de Valores Ambientais

A CDU considera que a valorização ambiental do espaço natural, rural e urbano do concelho é uma oportunidade para a emergência de novos atores sociais, através da promoção de processos educativos alicerçados na participação individual e coletiva.

Para cumprir este desiderato, a CDU Faial propõe-se:

- ❖ Promover **contextos educativos de crianças e jovens em relação direta com o meio ambiente natural**, no sentido da aquisição de conhecimentos e interiorização de valores éticos de respeito, identificação e valorização do meio ambiente nas vertentes de qualidade do ar, da água e dos solos;
- ❖ **Consolidar a oferta de atividades de complemento educativo no pré-escolar**: ensino do inglês, iniciação desportiva. A CDU propõe-se ainda promover a oferta de áreas científicas (ciências experimentais) e culturais como a iniciação às ciências experimentais, às expressões dramática, plástica e poética, entre outras;
- ❖ Revitalizar o **Centro de Ciência** promovendo a investigação científica junto de crianças e jovens;
- ❖ Manter/ Reforçar os **apoios financeiros a jovens estudantes universitários**, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades no acesso à educação;
- ❖ Promover uma **maior articulação entre as bibliotecas escolares e a Biblioteca Pública**, tornando-as numa rede articulada de promoção da leitura e complementando-se nesse mesmo objetivo;
- ❖ Reativar o **Conselhos Municipal da Juventude**, que teve uma ação pouco relevante neste mandato;
- ❖ Estabelecer um **Programa de Educação Alimentar**, procurando parcerias com outras entidades e atuando junto dos mais novos, de uma forma sistemática e para vários públicos-alvo;



- ❖ Construir um **Projeto Educativo Municipal**, com as escolas do Concelho, que trace o perfil do aluno, desde o pré-escolar até ao final da escolaridade obrigatória, que defina prioridades e fragilidades e que contribua para a prevenção do abandono e insucesso escolar;
- ❖ Apoiar as escolas e os seus profissionais na criação de condições para a **formação contínua de docentes e funcionários**;
- ❖ Promover o programa **“Ciência no Concelho”**, criando protocolos com várias entidades e articulando-o com as escolas e com o trabalho diário dos docentes.



7. Integração e Valorização social

A CDU defende uma política social inclusiva, que lance mão de um conjunto de instrumentos políticos disponíveis para criar condições de maior equidade social no acesso a direitos de participação cívica, à qualificação e educação, ao desporto, à cultura e ao mercado de trabalho.

A CDU pretende desenvolver uma política ativa, valorizando o trabalho de parceria alargada, tendo por base o desenvolvimento de uma consciência coletiva dos problemas sociais e contribuindo desta forma para a otimização dos recursos de intervenção ao nível do concelho e das freguesias.

Neste capítulo, propomo-nos:

- ❖ Fomentar a articulação entre os diferentes organismos públicos e entidades privadas, visando uma **atuação concertada na prevenção e resolução dos problemas sociais**;
- ❖ Garantir, em parceria com as instituições de solidariedade social, o **apoio à população idosa** do concelho, no sentido da melhoria da qualidade de vida, segurança e autoestima. e promover programas de **combate à solidão**;
- ❖ Diversificar as ofertas de apoio aos **Centros de Dia** para a dinamização das atividades com os Idosos com o objetivo melhorar a qualidade de vida, no plano intelectual, emocional e da mobilidade;
- ❖ Criar um **Plano Municipal para a Inclusão** e valorização do potencial humano da ilha do Faial;
- ❖ Desenvolver o **Plano Municipal para a Igualdade de Oportunidades**;
- ❖ Desenvolver políticas de apoio à inserção social e profissional de pessoas em situação desfavorecida, de **combate à pobreza e à exclusão social**;
- ❖ Criar uma **base de dados** dos idosos em situação de isolamento e risco, em parceria com as Juntas de Freguesia e instituições locais;
- ❖ Desenvolver projetos de **economia solidária**;



- ❖ Estabelecer um **programa anual de atividades** recreativas e culturais em conjunto com as diversas instituições do Concelho, com vista a diversificação da oferta dos centros de convívio;
- ❖ Estudar a implementação de um **centro de convívio** comum às freguesias urbanas, gerido em parceria com entidades vocacionadas para o efeito;
- ❖ **Apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)** na sua atividade e beneficiação dos seus equipamentos, nomeadamente para o apoio à infância e aos idosos.
- ❖ Criar um **programa municipal de pequenas obras e arranjos**, afeto sobretudo aos munícipes em situação de isolamento ou risco social;



8. Desporto, Juventude e Ocupação dos Tempos Livres

- ❖ Apoiar e incentivar a dinamização da **Piscina Municipal**, promovendo a oferta, na sua Escola de Natação, de modalidades como Natação para Bebés, Multiatividades Jovens, entre outras atividades aquáticas, mantendo as parcerias estabelecidas. **Dotar a piscina municipal de um espaço multiusos**, para ser utilizado pelos munícipes que assim o desejem, para atividades educacionais ou lúdicas;
- ❖ Dinamizar as estruturas desportivas e culturais já existentes, quer no espaço urbano, quer nas freguesias rurais – algumas sujeitas ao abandono ou subaproveitadas –, potenciando a sua utilização pelas instituições que atuam nas áreas desportivas, inclusão social, entre outras;
- ❖ Apoiar a prática de atividades físicas e desportivas de crianças, jovens, adultos portadores de deficiência (**desporto adaptado**), visando proporcionar condições para a realização de atividade física e desportiva regular e potenciar o desenvolvimento pessoal e social;
- ❖ Apoiar as iniciativas relacionadas com **desportos de natureza**, divulgando os equipamentos/percursos existentes, em articulação com as entidades competentes, e promover a criação de novos **percursos pedestres**, na zona alta da cidade.



9. Gestão dos meios públicos e dinâmica do Município

Gestão dos meios públicos:

A CDU considera que a exiguidade de meios disponíveis para os orçamentos municipais torna primordial a introdução de critérios de rigor, transparência e eficácia nos investimentos. Este objectivo poderá ser conseguido pelo maior envolvimento e participação direta dos cidadãos na definição das prioridades de investimento, nas escolhas, por vezes difíceis, a que a realidade orçamental obriga, implicando as comunidades na gestão e colocando uma muito maior exigência sobre a gestão dos fundos públicos.

Dinâmica do Município:

A verdadeira democracia exige mecanismos de comunicação entre eleitos e eleitores; exige ligação permanente; passa pela participação, informação atempada, audição das opiniões individuais e coletivas e transparência na gestão.

Connosco, a atenção aos cidadãos e às suas solicitações e problemas estará no centro de todo o sistema e serviços da autarquia.

No que respeita aos recursos humanos da Câmara Municipal, a CDU considera a sua valorização diária e a sua auscultação para a resolução de problemas como pilares fundamentais para o bom funcionamento da instituição.

Neste âmbito, a CDU pretende:

- ❖ Avaliar todos os investimentos do ponto de vista da sua **sustentabilidade económica e social**, evitando o desperdício dos fundos públicos;
- ❖ Inverter a atual política de **suporte dos projetos do movimento associativo**, fazendo as transferências aquando da celebração dos protocolos;
- ❖ Manter a política de **pagamento atempado** aos fornecedores locais;



- ❖ Aumentar a cooperação e reforçar os protocolos com as **Juntas de Freguesia**, através dos contratos interadministrativos de delegação de competências, criando critérios claros e objetivos que garantam o desenvolvimento integrado de todas as freguesias do concelho, garantindo a igualdade de oportunidades;
- ❖ Valorizar o trabalho e as contribuições dos **funcionários do município**, procurando a sua envolvência na tomada de decisões e na melhoria das suas condições de trabalho;
- ❖ Fazer um levantamento das necessidades permanentes de **recursos humanos da CMH**, diminuindo o peso dos programas ocupacionais quando se verificar que o posto de trabalho a ocupar é de carácter permanente;
- ❖ Criar o **gabinete da Freguesia**, com o objetivo de agilizar o trabalho e a comunicação entre o município e as juntas de freguesia do concelho;
- ❖ Criar, nos canais de comunicação do município, mecanismos que possibilitem a participação dos munícipes, assegurando em tempo útil a resposta a reclamações ou sugestões, numa perspetiva de oportunidade para melhorar o serviço prestado;
- ❖ Reforçar a verba prevista para o **Orçamento Participativo**, através do qual os cidadãos decidam directamente as prioridades do investimento municipal;
- ❖ Criar **Conselhos Locais de Desenvolvimento Participativo**, envolvendo, deste modo, pessoas e instituições em torno de objetivos comuns, em todas as freguesias;
- ❖ Realizar **sessões públicas para discutir os projetos** mais relevantes. Criar um canal de comunicação para sugestões dos munícipes;
- ❖ Criar um **Conselho Participativo de Crianças e Jovens**, chamando-os a envolverem-se nas decisões do Orçamento, em assuntos como a Educação, a Segurança, a Cultura e a Ocupação de Tempos Livres;
- ❖ Realizar de **reuniões descentralizadas da Câmara** e incentivar a participação dos cidadãos.